



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 40, DE 2004 (Nº 152/04, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Os méritos do Embaixador Oto Agripino Maia, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de abril de 2004. – Luiz Inácio Lula da Silva.

EM Nº 74 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE /APES

Brasília, 24 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Embaixador Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Embaixador Oto Agripino Maia, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente, – Celso Nunes Amorim.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OTO AGRIPINO MAIA

CPF.: 075.053.534-20

ID.: 1822-MRE

Nascido em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 6 de abril de 1943. Filho de Tarcisio de Vasconcelos Maia e Joseresa Tavares Maia.

1965-66. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

1966. Curso de Prática Diplomática e Consular do Instituto Rio Branco.

1982. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Tese: "A Reaproximação com os Países Socialistas da Europa Oriental no período 1945-1962: Expectativas e Resistências Brasileiras Refletidas na Ação Diplomática".

3/3/1967. Terceiro Secretário.

1/5/1967. Divisão de Produtos de Base. Assistente do Chefe.

1/1/1968. Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos. Assistente do Secretário Geral Adjunto.

1968/69. Representante Alternado do Itamaraty no Instituto do Açúcar e do Alcool.

1970. Removido para a Embaixada em Londres.

5/3/1970. Promovido a Segundo Secretário por Merecimento.

12/4/1973. Removido para a Missão Junto às Comunidades Europeias em Bruxelas.

25/5/1976. Promovido a Primeiro Secretário por Merecimento.

28/7/1976. Departamento da Europa do MRE. Assistente do Chefe.

1978. Divisão da Europa II. Sub-Chefe.

1978/79. Representante Alternado do Itamaraty na SUDENE.

2/3/1979. Promovido a Conselheiro por Merecimento.

1983. Divisão da Ásia e Oceania II. Chefe.

29/6/1984. Promovido a Ministro de Segunda Classe por Merecimento.

1984. Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Coordenador.

1985/1990. Cônsul-Geral em Londres.

1990. Assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República.

18/6/1991. Promovido a Ministro de Primeira Classe.

1991/92. Subsecretário-Geral da Presidência da República.

1993/1995. Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do MRE.

No período 1967/92 participou de reuniões internacionais sobre o comércio do açúcar, da borracha, do trigo e do estanho em Genebra, São Paulo, Londres, Tóquio; das negociações do Acordo Comercial Brasil/CEE, e do Acordo Brasil/CEE sobre o Comércio de Têxteis; de missões empresariais a diversos países da Europa Oriental, de comissões mistas com a União Soviética, Polónia e Iugoslávia; dirigiu os pavilhões brasileiros em feiras internacionais em Moscovo, Poznam, Brno, Leipzig, Zagreb; participou como conferencista em seminários em Moscovo, Berlim e Buenos Aires; pronunciou conferências na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Comando e Estado Maior das três armas; acompanhou o Presidente da República em visitas oficiais a Tóquio, Nova York (ONU), Madri e Santa Cruz de la Sierra, e o Ministro de Estado em visitas oficiais a Moscovo e Lima.

1996/2001. Embaixador em Pretória.

2001/04. Embaixador Junto à Santa Sé.

Publicações em revistas:

“A Libra Esterlina e o Sistema Monetário Internacional”. Revista Brasileira de Política Internacional, 1972.

“El Proceso de Integración en Europa Occidental”, Revista de Integración Latino-Americana, n. 20, 1978.

Condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal, 1977.

Légion d’Honneur, Oficial, França, 1978.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil, 1985.

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Italiano, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz, 1990.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grã-Cruz, 1991.

Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz, 2004.



EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

SUÉCIA

Dados básicos

Nome oficial: Reino da Suécia

Idioma: Sueco (minorias de idioma finlandês e sami)

Capital: Estocolmo

Data nacional: 6 de junho (Dia da Bandeira Nacional)

Sistema de governo: Monarquia constitucional (regime parlamentarista)

Religião: Luterana (83% da população). Há 200.000 muçulmanos na Suécia e 155.000 católicos.

Área: 449.964 km²

População: 8.960.000 hab. (julho de 2003). Cerca de 20% da população é de origem estrangeira (inclusive países nórdicos) e 10% nasceu no exterior.

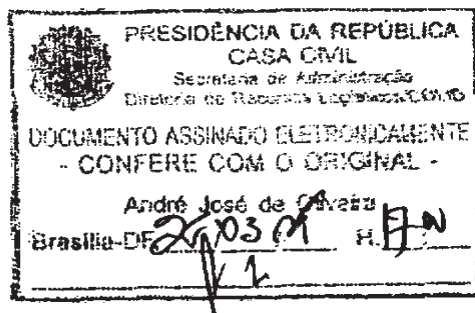
Principais centros urbanos: Estocolmo ("grande Estocolmo" 1.800.000 hab.), Gotemburgo (800.000 hab.) e Malmö (500.000 hab.)

Densidade demográfica: cerca de 20 hab/km², o que torna a Suécia um dos países de menor densidade demográfica da Europa

Expectativa média de vida: 77 anos/homens e 82 anos/mulheres

Taxa de natalidade: 1,64 ou 10,2/1000 hab.

Taxa de mortalidade infantil: 3,4/1000 nascidos vivos



Principais indicadores econômicos

Taxa de ocupação da mão-de-obra: 78,8% (2002)

Taxa da população com acesso à Internet: 61,7% (2002)

Porcentagem do PNB aplicado em pesquisa científica e tecnológica: 3.9% (2002)

Sistema de governo

Monarquia constitucional com regime parlamentarista. O monarca não tem poder político – seu papel é representativo e simbólico (simboliza a Nação). O poder é exercido pelo Parlamento (Riksdag) e pelo Primeiro Ministro (Statsminister), líder do partido majoritário, e Gabinete (Regering) por ele designado. Os membros do Gabinete são em geral membros

do Parlamento, mas políticos sem assento no Riksdag ou especialistas independentes sem filiação partidária também podem ser designados para o Gabinete. Os Ministérios (Departamentet) são pequenos e em contam com poucos funcionários, a maioria politicamente independente, embora alguns altos funcionários tenham conexões partidárias. Os Ministérios lidam principalmente com a formulação de leis e regulamentos e com a distribuição orçamentária. Cabe às Agências Administrativas (Ambetsverk) a implementação das decisões do Governo. Em trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores cada Ministério lida com as questões internacionais afetas a sua área de atribuições.

O Parlamento é unicameral, com 349 representantes eleitos por voto direto (mandato de 4 anos), pelo sistema de representação proporcional. Um partido precisa deter no mínimo 4% dos votos nas eleições gerais para qualificar-se para eleger representantes no Parlamento. Consoante a política de promoção da igualdade de gêneros, a proporção de representantes mulheres na atual legislatura é de 45%. A cada 4 anos são realizadas eleições gerais (a última foi em 15 de setembro de 2002). A presidência do Riksdag é exercida pelo Presidente (Talman) e três Vice-Presidentes.

O Parlamento pode, por maioria absoluta, passar voto de não-confiança em todo o Gabinete ou em ministros individualmente. A Constituição permite a realização de plebiscito para consulta da vontade popular ou para emenda da Lei fundamental.

Principais autoridades

Chefe de Estado: Rei Carlos XVI Gustavo (desde 19 de setembro de 1973)

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Göran Persson (desde março de 1996)

Ministros:

Pär Nuder

Ministro da Coordenação Política

Thomas Bodström

Ministro da Justiça

Mona Sahlin

Ministra da Democracia e Assuntos de Integração

Leila Freivalds

Ministra das Relações Exteriores

Barbro Holmberg

Ministra da Migração e Política para Refugiados

Carin Jämtin

Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento

Leni Björklund

Ministra da Defesa

Lars Engqvist

Ministro da Saúde e Assuntos Sociais

Berit Andnor

Ministra da Infância e Família

Morgan Johansson

Ministro da Saúde Pública e Serviços Sociais

Bosse Ringholm

Ministro das Finanças

Gunnar Lund

Ministro de Assuntos Econômicos Internacionais e Mercados Financeiros

Lars Erik Lövdén

Ministro do Governo Local e Habitação

Thomas Östros

Ministro da Educação e Ciência

Lena Hallengren

Ministra da Educação Pré-escolar, Assuntos da Juventude e Educação para Adultos

Ann-Christin Nykvist

Ministra da Agricultura, Alimentação e Pesca

Marita Ulvskog

Ministra da Cultura

Lenna Sommestad

Ministra do Meio Ambiente

Leif Pagrotsky

Ministro da Indústria e Comércio

Ulrica Messing

Política interna e Partidos

Os partidos têm perfil ideológico bem definido e um dos principais traços da política interna é a disputa pelo poder entre socialistas e não-socialistas. A divisão Esquerda-Direita perdeu parte de seu significado no contexto pós guerra-fria, mas em linhas gerais os partidos da Esquerda e Social Democrata, este último sempre apoiado pelo movimento sindicalista (Confederação Geral dos Trabalhadores Suecos/LO, predominantemente operária), enfatizam as políticas distributivas, a preservação do modelo nórdico do “welfare state” com sua pesada carga tributária, e a não-participação em alianças militares (leia-se na OTAN). Os não-socialistas advogam o modelo liberal da economia de mercado, a redução dos impostos e do papel do Estado, e o progressivo engajamento na OTAN. Quanto à política para a Europa, os não-socialistas querem o aprofundamento da inserção na União Européia e, à exceção do partido de Centro, apoiaram a adesão à União Monetária Européia (EMU), ao passo que a Esquerda e os Verdes nutrem desconfiança pela UE e são contrários à UME. O partido Social Democrata é majoritariamente pró-europeu, mas muitos de seus membros nutrem desconfiança quanto à integração com a Europa, temerosos de que ela possa solapar o tradicional sistema de “welfare”. A agremiação ficou dividida quanto à conveniência do ingresso na UME.

A despeito das diferenças ideológicas, a tradição sueca do consenso leva os partidos a cooperarem em diversas áreas – não há, por exemplo, divergências fundamentais entre os Social Democratas e os não-socialistas em matéria de disciplina fiscal, combate à inflação e medidas de incentivo ao emprego no setor privado. Observa-se, ademais, tendência de movimento para o centro do espectro político na maioria dos grandes partidos políticos. Na Social-Democracia a “guinada à direita” traduziu-se no enxugamento do setor público, contenção dos gastos sociais, privatizações, e em medidas que tendem a flexibilizar o mercado de trabalho. A cúpula do partido Social Democrata está hoje sob liderança “direitista” que advoga mudanças no programa e na retórica partidária.

Atualmente 7 partidos têm assento no Parlamento: Social Democrata (S), com 144 cadeiras; Moderado (M - conservador), com 55 cadeiras; Liberal (FP), com 48 cadeiras; Democrata Cristão (KD), com 33 cadeiras; Esquerda (V), com 30 cadeiras; Centro (C), com 22 cadeiras; e Verde (MP), com 17 cadeiras. O partido Social Democrata tem dominado o cenário político sueco por quase um século. Governou continuamente de 1932 a 1976. Entre 1976 e 1982 sucederam-se governos não-socialistas. Em 1982 a Social Democracia retomou o poder, mas perdeu as eleições gerais de 1991, quando os Moderados formaram governo minoritário com os partidos Liberal, Centro e Democrata Cristão. Nas eleições de 1994 os Social Democratas formaram novo governo (minoritário). Em 1998 o partido Social Democrata conseguiu manter-se no poder, mas com um dos piores resultados de sua história (36,4% dos votos), constituindo governo minoritário com o apoio da Esquerda e dos Verdes. Nas últimas eleições, realizadas em 15 de setembro de 2002, os Sociais Democratas foram vencedores com 39,8% dos votos.

As eleições gerais de 2002 resultaram em pequena variação no total dos votos obtidos pela Esquerda e pela Direita, mas revelou significativa migração entre os partidos do mesmo bloco. Entre os socialistas, os ganhos dos Social Democratas foram obtidos às custas do partido de Esquerda, cuja representação no Parlamento diminuiu no mesmo número de 13 novas cadeiras conquistadas pelos Social Democratas. Entre os conservadores, o grande vencedor foi o partido Liberal que triplicou os resultados obtidos em 1998 e passou a ser a terceira maior força eleitoral do país. O partido Moderado foi o maior perdedor, embora tenha mantido sua condição de maior partido de oposição. Os Social Democratas continuam a governar com o apoio parlamentar da Esquerda e dos Verdes. Assim como na última legislatura, a “coalizão” tem problemas de estabilidade e é de difícil administração devido às divergências de propósitos dos integrantes, às tendências por vezes radicais do partido Verde e à ambição da Esquerda de aumentar sua participação nas decisões políticas. A cooperação entre os três partidos sofre ainda tensão pelo não cumprimento de promessas de campanha por parte do governo, em razão de restrições orçamentárias. A manutenção do pacto de cooperação dependerá sobretudo do bom desempenho da economia, que dará ao governo meios de sustentar a política de benefícios sociais, enquanto ao mesmo tempo mantém baixas a inflação e a taxa de desemprego. Na eventualidade de perda do apoio dos partidos de Esquerda e Verde, espera-se que o Primeiro-Ministro esforce-se para evitar a dissolução do Parlamento. Sua estratégia provavelmente incluiria algum tipo de negociação com os partidos de centro-direita ou a obtenção de apoio ad hoc de diferentes partidos, de acordo com as políticas a serem implementadas.

Relações Igreja-Estado

Em 1544 a Suécia foi proclamada Reino Luterano e a Igreja Sueca esteve ligada ao Estado até a revisão legal iniciada em 1995 pelo Parlamento; em 2000 completou-se a separação da Igreja e do Estado.

Política externa da Suécia

Por 180 anos, em uma Europa dividida por disputas entre grandes países e por diferentes alianças ideológicas, a Suécia buscou segurança mediante uma política de neutralidade e não participação em alianças. O fim de Guerra Fria na década de 90 permitiu ao país reavaliar esta tradicional posição. Mudança crucial foi a decisão de aderir à União Européia, confirmada por referendo em 1994. Hoje, os três eixos principais de atuação da política externa da Suécia são a dimensão setentrional, i.e., o relacionamento com os vizinhos nórdicos, a Rússia e os países bálticos; a dimensão européia, que tem como foco a integração com a EU; e a dimensão global, cuja base é a ONU, e onde é projetada a visão idealista da diplomacia sueca. O país contribui com cerca de 0,7% do seu PNB para programas de cooperação e desenvolvimento internacional.

Traço característico da política externa da Suécia é a tensão entre o idealismo e amplitude das ambições e o foco real de seu interesse e limites de sua capacidade de atuação. País que se reconhece detentor de pouco excedente de poder (“small country” na auto-definição sueca) e cujo interesse imediato - por ser antes de tudo um “global trader” - é a garantia do mais amplo acesso de seus produtos aos mercados mundiais, a Suécia abraça causas de humanismo universal, acredita ter vocação natural (alicerçada na sua tradicional

neutralidade) para a mediação de conflitos internacionais e é pródiga no lançamento de iniciativas e planos de ação para questões globais, como a prevenção de conflitos, a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. A título de exemplo, será realizada, em janeiro de 2004, conferência internacional sobre a prevenção do genocídio, última do ciclo de conferências que teve início em 1999 com o Fórum Mundial sobre o Holocausto. A Suécia tem sofrido, no entanto, um rebaixamento de seu perfil como ator político internacional. Na nova configuração do poder mundial a neutralidade e o não alinhamento perderam conteúdo e o país não conseguiu ainda encontrar novo papel que esteja à altura de suas ambições.

Com a adesão à UE a singularidade da diplomacia sueca foi em parte substituída pela agenda comum europeia. O interesse pela América Latina – com exceção do Brasil, Chile e México - vem decrescendo (a Suécia fechou suas Embaixadas em Lima e Caracas) e a política externa sueca para a região é hoje pautada em grande parte pela política externa da UE para a América Latina. Assim, por exemplo, o interesse mútuo Suécia-América Latina na liberalização do comércio de produtos agrícolas é inibido por outras decisões da UE. Na definição do Primeiro Ministro Göran Persson (discurso na Cimeira América Latina-Caribe-União Europeia, 28.06.99) os elementos essenciais da “parceria estratégica” bi-regional concentram-se na liberalização do comércio e no fortalecimento da democracia e proteção dos direitos humanos.

Com relação aos países em desenvolvimento, foi atribuída prioridade à intensificação da cooperação com o Brasil, África do Sul e Índia.

No relacionamento com os EUA, a moldura inter-regional UE-EUA - Nova Agenda Transatlântica (NTA) e plano de ação Parceria Econômica Transatlântica (TEP) – e as preocupações comuns europeias (política ambiental, relações com a Rússia, política de defesa e segurança externa) são indissociáveis da agenda bilateral. O governo Social Democrata considera “central” seu diálogo com Washington, em contraste com posicionamento mais distante nos anos 60 e 70. Göran Persson deu apoio imediato e inequívoco à resposta militar americana aos ataques terroristas de setembro de 2001, mas manifestou-se igualmente contra a intervenção militar no Iraque sem o aval da ONU. As relações bilaterais têm sofrido algum desgaste por conta de divergências ideológicas, principalmente em questões relativas ao multilateralismo, meio ambiente e direitos humanos.

Firme proponente da liberalização do comércio internacional, a Suécia é entusiasta das negociações patrocinadas pela OMC.

A Suécia e sua área de influência

Com o fim da guerra-fria, a importância atribuída pela Suécia à estabilidade na região nórdico-báltica, conjugada à proximidade geográfica, interesse estratégico, laços históricos e culturais, e oportunidades de comércio e investimentos fizeram da região a área de influência efetiva da diplomacia sueca. “A região báltica é uma das que mais crescem no mundo. A Suécia e as empresas suecas desempenham papel central nessa dinâmica” (documento da Chancelaria). O governo sueco criou dois fundos (“Baltic Billion Funds”) para estimular o intercâmbio econômico-comercial e o emprego e fortalecer a posição das empresas suecas na região báltica. Programas de cooperação para o desenvolvimento com a

Europa central e do leste foram iniciados em 1989, que teve continuidade, desde 1999, com o programa “Developing cooperation between neighbouring countries” (Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Rússia e Ucrânia). O foco principal do programa é ajudar os países bálticos e a Polônia no processo de reformas para integração à UE ampliada. Na visão da Suécia, a incorporação da Europa central e do leste à União Europeia e à OTAN é a melhor garantia de estabilidade regional e cria novas perspectivas de segurança e crescimento econômico. A Suécia em particular tem interesse em explorar as potencialidades desse mercado.

Relação Suécia-Rússia e cooperação regional no Báltico e Barents

A Suécia sempre atribuiu alta prioridade às relações com a Rússia, que considera país chave para a estabilidade na Europa. A presidência sueca da EU em 2001 ofereceu amplas oportunidades para o estreitamento de diálogo visando aumentar a cooperação em matéria ambiental, econômica e comercial, incentivar as reformas estruturais na Rússia e a adesão russa à OMC. Na visão sueca, a cooperação depende do “entendimento sobre valores democráticos básicos”, o que a faz equilibrar as críticas à maneira como a Rússia vem conduzindo o conflito na Chechênia, às violações de direitos humanos e ao cerceamento da liberdade de imprensa com a necessidade de reforço do clima de entendimento e confiança mútua.

Parte da cooperação com a Rússia tem como marcos institucionais o Conselho dos Estados Bálticos Marítimos (Council of the Baltic Sea States) e o Conselho Euro-Ártico de Barents (Barents Euro-Arctic Council), ambos derivados da nova configuração pós-guerra fria. O primeiro, criado em 1992, inclui os países bálticos, Suécia, Noruega, Islândia e Comissão Europeia, e visa desenvolver a democracia, a confiança entre os Estados membros, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. O segundo foi estabelecido em 1993 (com a adoção da Declaração de Kirkenes) e é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores dos 5 países nórdicos, a Rússia e um representante da Comissão Europeia. O Conselho Euro-Ártico de Barents tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente (uma das regiões mais sensíveis à mudança climática global), a cooperação em economia e comércio, energia, ciência e tecnologia, turismo, infra-estrutura, ecologia, e educação. Um dos principais interesses da Suécia nas duas organizações é a cooperação (e as perspectivas de lucrativo intercâmbio de know-how e tecnologia) em matéria ambiental e de segurança nuclear (tratamento dos detritos nucleares).

A Suécia e a ONU

A participação na ONU (da qual é membro desde 1946) é uma das prioridades constantes da política externa da Suécia. A linha mestra da atuação sueca na ONU foi formulada em 1960 por Dag Hammarskjöld (ex-SGNU) em discurso à AGNU: o propósito das N.U. não é servir os interesses das grandes potências e sim proteger os países de menor poder relativo através da afirmação da primazia do direito internacional. A Suécia considera a ONU o foro ideal para expressar seus interesses globais e buscar influir sobre os acontecimentos internacionais. O ex-Primeiro Ministro Olof Palme (1927-86) seguiu a inspiração de Dag

Hammarskjöld e definiu os quatro objetivos da Suécia na ONU: 1) promover o desenvolvimento e o respeito pelo direito internacional; 2) proteger e promover os direitos humanos; 3) promover a paz mundial através da solução pacífica de controvérsias, da diplomacia preventiva e das operações de paz; 4) promover o desarmamento, em especial o desarmamento nuclear. A estes acrescentou-se, nos últimos anos, o da proteção do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

A Suécia deseja reforçar o papel da ONU na ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, mediante maior cooperação entre o sistema das N.U., as instituições de Bretton Woods e o setor privado. Consoante estas prioridades, a Suécia é um dos mais generosos contribuintes às agências humanitárias (ACNUR e UNICEF) e aos programas da ONU de ajuda ao desenvolvimento (com percentual que tem variado de 1% a 0.7% do PNB), bem como um dos maiores contribuintes de pessoal militar e civil para as operações de paz.

Para a Suécia o Conselho de Segurança é o único órgão internacional com mandato para exercer (ou autorizar) o uso da força. Neste contexto, preconiza que a autoridade do CSNU seja plenamente respeitada e que o órgão se torne mais representativo e efetivo. A reforma do CSNU melhor refletiria o mundo atual (discurso do representante sueco na abertura da 58ª Assembléia-Geral -2003). O país é um dos mais ativos advogados da reforma das N.U. (defende a adoção de métodos de trabalho mais democráticos e transparentes, com a restrição do uso do veto) o que, no seu entender, conferiria maior representatividade, eficácia, democratização e transparência aos processos decisórios, aperfeiçoando e fortalecendo tanto a AGNU como o CSNU. A Suécia exerceu três mandatos como membro não-permanente do CSNU: 1957-58, 1975-76 e 1997-98. O último mandato sueco coincidiu com o do Brasil e a ocasião serviu ao estreitamento do diálogo e da cooperação entre os dois países nos assuntos relativos ao CSNU.

Política de Defesa, Neutralidade e Não-Alinhamento

Tradicionalmente a política de segurança sueca traduziu-se pela combinação de não-alinhamento militar em tempo de paz e neutralidade em tempo de guerra. O fim da guerra fria e o processo de integração com Europa tornaram obsoleta esta doutrina, obrigando a reformulação e a redefinição da política de segurança do país. Em fevereiro de 2002 o governo Social Democrata e os três principais partidos de oposição chegaram a acordo no Parlamento para redefinir, de forma mais pragmática, a política de defesa e segurança externa. A Suécia permanece não alinhada (ausência de participação em alianças militares), mas abrandou sua preocupação com a neutralidade e passou a dar mais ênfase à cooperação com outros países. Neste sentido, a nova doutrina estabelece que “ameaças à paz e à nossa segurança podem ser melhor evitadas pela ação concertada e em cooperação com outros países” e considera que, como membro da EU, é a Suécia “parte de uma comunidade baseada na solidariedade, cujo principal propósito é a prevenção de guerra no continente europeu”. A redefinição da doutrina de segurança externa, com a interpretação mais restrita do termo “neutralidade” e a manutenção do não-alinhamento em alianças militares, permitem, segundo o governo, que a Suécia exerça papel estabilizador na área setentrional e báltica, tenha liberdade de ação para exercer liderança em prol do desarmamento e não-proliferação, e goze de confiança como país independente e com vocação mediadora de conflitos.

A Suécia participa da Força Rápida Européia, à qual ofereceu contribuição de homens, armamento, aviões (caças Gripen) e navios. É, no entanto, reticente quanto a propostas de um sistema europeu conjunto de defesa, devido ao receio de evolução que contradiga a não-participação da Suécia em alianças militares e de enfraquecimento da autoridade do CSONU. A Suécia favorece, igualmente, a estreita cooperação no campo da defesa entre a EU e a OTAN, vista como garantia da aliança transatlântica e do engajamento americano na Europa. Desde 1994 a Suécia integra o mecanismo de cooperação com a OTAN “Partnership for Peace” (PFP), que não envolve compromisso de defesa mútua. A Suécia teve a preocupação de evitar que a expansão da Aliança Atlântica – especialmente no que tange à adesão das três repúblicas bálticas - alimentasse a desconfiança da Rússia e preconiza que a PFP contribua “para o desenvolvimento de uma segurança pan-européia”. Antes das eleições de 2002 os partidos Moderado e Liberal advogaram explicitamente a adesão à OTAN, enquanto os demais partidos permaneceram firmemente opostos. A opinião pública é majoritariamente contrária à adesão, de forma que não se espera no médio prazo mudança na política de não participação em alianças militares.

As forças armadas suecas passam processo de reestruturação, tendo abandonando sua prévia preocupação com a prevenção de invasão para adotar o princípio de criação de um sistema de defesa operacionalmente mais flexível. O tamanho das forças militares foi reduzido, enquanto o planejamento concentrou-se no aperfeiçoamento da capacidade e da eficiência.

Desarmamento

A Suécia entende que desarmamento, não-proliferação, e controle de armas estratégicas e convencionais constituem fator essencial à paz e segurança mundial. A Suécia sempre propugnou pela eliminação total das armas nucleares e outras armas de destruição em massa e, juntamente com o Brasil, é um dos participantes da “Nova Agenda para o Desarmamento”, criada pela Declaração “Towards a Nuclear Weapon Free World: the need for a new agenda” (09.06.98) visando dar novo impulso à eliminação dos armamentos nucleares. A Suécia apóia as principais iniciativas internacionais em curso para o desarmamento e sob sua presidência foi adotada a “Declaração UE-Canadá sobre Não-Proliferação, Controle de Armas e Desarmamento” (Estocolmo, 21.06.01), que afirma a disposição comum de implementar o Documento Final da Conferência de Revisão do TNP, cooperar para a entrada em vigor do Tratado para a Proscrição dos Testes Nucleares (Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty), a negociação de tratado para o banimento da produção de material físsil para fins militares (FMCT), a criação de comitês da Conferência do Desarmamento para o desarmamento nuclear e a prevenção da corrida armamentista no espaço, e a negociação de Protocolo para conferir efetividade à Convenção sobre Armas Biológicas (CBW). A Declaração reafirma a preocupação com a proliferação, especialmente de mísseis balísticos, e apóia a promoção de um código de conduta para atividades com mísseis e o fortalecimento do MTC. A Suécia classifica como “vital” o papel das ONU para fazer cumprir os regimes existentes sobre armas de destruição em massa e considera “crucial” a experiência da Comissão de Monitoramento Verificação e Inspeção (discurso do representante sueco na abertura da AGNU, 2003).

A despeito de ser um dos maiores exportadores mundiais de armamentos, a Suécia também apóia iniciativas para controle da produção, venda e circulação de armas convencionais e deseja o fortalecimento da CCW (convenção sobre proibição e restrição de certas armas convencionais). As ONGs pacifistas suecas são influentes junto à opinião pública e no Parlamento e seu protagonismo externo é paralelo ao crescimento do papel das ONGs nas N.U. – o movimento internacional para a proscrição das minas anti-pessoal deve parte de seu sucesso à atuação das ONGs suecas. O “Stockholm International Peace Research Institute- SIPRI” publica um conceituado anuário sobre gastos militares, exportações e importações de armamentos no mundo, para o qual o governo brasileiro tem prestado informações. A “Swedish Peace and Arbitration Association” combate as exportações suecas de armamentos e tem revelado à imprensa negócios secretos que violam os “princípios éticos” que deveriam guiar as exportações de armas pela Suécia.

Direitos Humanos

A Suécia é pioneira na criação de instituição protetora dos direitos e liberdades fundamentais: o “Ombudsmän” (“Justitieombudsmän”) foi criado em 1809 para ouvir e encaminhar as queixas dos cidadãos sobre violações de seus direitos por parte da autoridade pública. O Ombudsmän é eleito pelo Parlamento para mandato de 4 anos e tem total autonomia, podendo investigar, interpelar, iniciar procedimento disciplinar e fazer recomendações ao poder executivo (seu mandato exclui os parlamentares e representantes eleitos pelo povo). A partir de 1971 foram instituídos novos “Ombudsmän” para a proteção de direitos específicos. Os mais sérios problemas da Suécia em direitos humanos são o racismo, xenofobia, discriminação étnica e o ressurgimento de grupos racistas e neonazistas que utilizam a intimidação e a violência contra imigrantes, refugiados, sindicalistas e jornalistas. A Suécia adotou um plano nacional de ação contra a intolerância e em janeiro de 2002 adotou o Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos para o período 2002-2004. O plano trata das responsabilidades da Suécia quanto ao tema, estabelece os objetivos de longo prazo do governo e descreve o papel dos diferentes atores nacionais com relação ao trabalho de promoção e proteção dos direitos humanos.

A temática da democracia e direitos humanos é prioritária na agenda sueca e a opinião pública e os partidos políticos acompanham a situação dos direitos humanos no mundo e pressionam o governo a manifestar-se. Na conceituação da social-democracia, o país é a “casa do povo” (“folkhemmet”, 1928), a comunidade participa ativamente da gestão pública e os grupos e associações não-governamentais são interlocutores fundamentais para o governo – as ONGs recebem subvenções oficiais e são parceiros preferenciais na execução de projetos de cooperação internacional.

Segundo o discurso oficial, a promoção da democracia e dos direitos humanos é um dos esteios da política externa sueca. A Suécia está incorporando o conceito de “segurança humana” ao discurso diplomático – na visão sueca a segurança do indivíduo está diretamente ligada à garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e as violações maciças e sistemáticas dos direitos fundamentais são causas de conflitos que podem colocar em risco a paz e a segurança. Na visão da Chancelaria sueca, os direitos humanos estão se constituindo em um sistema uniforme de valores que deve permear a política externa como um todo e refletir-se nos planos multilateral e bilateral. Uma política

externa favorável aos direitos humanos deve ser simultaneamente preventiva e reativa, i.e., incluir tanto a crítica e a pressão para que cesse uma situação de violação de direitos, quanto o incentivo e a cooperação – o fortalecimento da democracia e do respeito dos direitos humanos é ao mesmo tempo objetivo e condicionante da política sueca de cooperação para o desenvolvimento.

A Suécia e a UE

A Suécia aderiu à União Europeia em 1995, após plebiscito em que a corrente pró-UE venceu por pequena margem de votos. A Suécia exerceu pela primeira vez a Presidência de turno da UE de janeiro a julho de 2001, com resultados considerados positivos tanto pelo governo quanto pela opinião pública. A presidência sueca logrou resultados no plano de trabalho proposto – priorizando a ampliação da UE (“Enlargement”), o pleno emprego (“Employment”) e a proteção do meio ambiente (“Environment”) - e nas questões de particular interesse para o povo sueco – ampliação, transparência no acesso público a documentos oficiais, igualdade de gêneros e meio ambiente. O Primeiro Ministro Göran Persson sublinhou que o êxito da Cúpula de Gotemburgo (15-16 junho 2001) em tornar irreversível e fazer avançar o processo de ampliação da UE constitui a mais importante contribuição da Suécia à consolidação da paz, democracia e prosperidade na Europa. A população continua, no entanto, reticente em relação às vantagens de ser membro da EU. No plebiscito sobre a adesão à União Monetária Europeia (EMU), realizado em setembro de 2003, o campo contrário ao euro foi vitorioso por diferença de mais de 14% (56,1% contra 41,8%), a despeito do sim ter recebido amplo apoio do “establishment” sueco e tratamento simpático dos meios de comunicação. O resultado significou derrota pessoal para Persson, que se empenhou pessoalmente na campanha pela adesão. O Primeiro Ministro continua, no entanto, atribuindo prioridade à integração com a Europa e ao anunciar, em sua declaração de governo na sessão de abertura do Riskdag (16.09.03), que o resultado do referendo seria “naturalmente respeitado”, insistiu que a Suécia “será um membro ainda mais ativo e um parceiro construtivo da cooperação europeia”.

Preocupa à Suécia a tendência de federalização da UE. O país favorece o modelo tradicional da cooperação inter-estatal, que lhe daria mais margem de negociação. Os suecos temem a perda de sua identidade nacional, a redução progressiva da margem de autonomia estatal e a dissolução de sua capacidade de influência em uma Europa federalizada que, segundo pensam, seria crescentemente controlada pelos “grandes países”. A reação do governo à proposta de constituição da UE é basicamente positiva, mas a posição oficial com relação a alguns pontos só será inteiramente definida após manifestação do Parlamento, no final de novembro de 2003. O Riksdag é majoritariamente contrário à proposta de eleição de um Presidente para o Conselho de Ministros, o que poderá levar o governo, já ambivalente quanto à idéia, a rever sua posição ou a exigir mudanças no texto proposto. A Suécia é também crítica quanto à criação do cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo em vista seu papel duplo na Comissão e no Conselho de Ministros, e vê com apreensão as propostas referentes à política externa e de defesa comuns no que diz respeito a eventual perda do direito de veto. A necessidade de reforma da Comissão é encarada com realismo, embora o país se veja obrigado a perder seu direito de ter Comissário com direito a voto.

Conflito no Oriente Médio

O Primeiro Ministro Göran Persson iniciou reaproximação da Suécia com Israel e fez visita oficial àquele país em outubro 1999. Desde a visita de Tage Erlander em 1962 nenhum Chefe de Governo sueco havia ido a Israel e as relações bilaterais nas últimas décadas foram marcadas pela desconfiança mútua. A inflexão imprimida por Göran Persson surpreendeu seu próprio partido e agradou sobretudo a oposição não-socialista, que elogiou a ruptura com a postura habitual e a busca de um enfoque “equilibrado” – a Suécia continuou sendo importante doadora de ajuda externa à Autoridade Palestina e os contatos com Arafat e lideranças palestinas permaneceram no mesmo patamar. A reaproximação com Israel prosseguiu com a amistosa acolhida ao Primeiro Ministro Ehud Barak no Forum Internacional sobre o Holocausto (Estocolmo, janeiro 2000), mas esfriou com a queda do governo Liberal em Israel. A Chancelaria sueca, que se mantinha cautelosa em relação à iniciativa do Primeiro Ministro, voltou a exprimir com firmeza sua condenação da linha confrontacionista da política israelense.

Persson empreendeu tentativas para reeditar o papel mediador exercido pela Suécia em 1988 em relação ao conflito no Oriente Médio, e ofereceu facilidades para a realização de reuniões em Estocolmo entre emissários de Israel e da Autoridade Palestina, mas terminou reconhecendo tacitamente (Cúpula UE-EUA, Gotemburgo 15-16 junho 2001) que as dimensões do problema estão fora do alcance da diplomacia sueca. Visita do Primeiro-Ministro à região (Israel e Palestina) tem sido repetidamente adiada pelo clima de violência da região. Na frequente diferença de tom entre os comentários do Primeiro-Ministro e da Chancelaria sobre o conflito é justificada como “natural”, em vista da diferença de suas funções. A Suécia apóia decisivamente o “Road Map” como via para se chegar à paz na região, mas está ciente de suas limitações.

Relações Brasil-Suécia/Breve histórico

- Primeiro brasileiro ilustre a visitar a Suécia: José Bonifácio (1796-78), que estudou geologia e mineralogia em Uppsala.
- Estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Suécia em 5 de janeiro de 1826.
- D. Pedro II visitou Estocolmo e Uppsala (1876). Foi recebido na Academia Sueca de Letras.
- Em Riddarholm (igreja onde estão sepultados os soberanos suecos) há placas recordatórias dos Imperadores D. Pedro I (cuja segunda esposa, Dona Amélia de Leuchtenberg, era irmã da Rainha Josephine, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e D. Pedro II e do Presidente Epitácio Pessoa, ex-Cavaleiros da Ordem do Serafim (mais alta condecoração sueca).
- 1890-91 e 1910-11: chegada ao Brasil de duas levas de imigrantes suecos (cerca de 5 mil)
- 1909: primeira linha de transporte marítimo regular Brasil-Suécia
- A partir do final do sec. XIX (Ericsson foi a pioneira) e sobretudo no período entre-guerras, iniciaram-se os investimentos suecos no Brasil, cujo fluxo intensificou-se e diversificou-se de 1946 em diante, concentrando-se em São Paulo.

- 1984: Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e Rainha Sílvia ao Brasil. Assinatura de Acordo bilateral sobre Cooperação Económica, Industrial e Tecnológica e criação de Comissão Mista intergovernamental.
- 1985: Chanceler Olavo Setúbal visita a Suécia
- 1986: Chanceler Roberto de Abreu Sodré comparece às exéquias do ex-Primeiro Ministro Olof Palme
- 1987: Chanceler Roberto de Abreu Sodré visita a Suécia e é recebido pelo Rei Carlos XVI Gustavo, pelo Primeiro Ministro Ingvar Carlsson e pelo Chanceler Sten Andersson.
- A partir de 1987 registraram-se diversas visitas de autoridades brasileiras à Suécia (ex: Ministro das Minas e Energia, Ministro da Aeronáutica, Ministro da Infraestrutura) e de autoridades suecas ao Brasil (ex: Ministro da Indústria, Comandante-em-Chefe da Aeronáutica). O Presidente Fernando Collor de Mello visitou Estocolmo em 1991.
- 1995: Visitas do Ministro dos Transportes e do Ministro dos Esportes a Estocolmo
- 1996: Visitas do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Ministro da Marinha à Suécia
Visita do Ministro da Indústria e Comércio Björn von Sydow ao Brasil, acompanhado de comitiva de empresários suecos
Visita do Ministro da Marinha Peter Esbjörn Nordbeck ao Brasil
- 1997 (outubro): Visita do Secretário Nacional de Direitos Humanos Dr. José Gregori a Estocolmo
- 1998 (14-21 março): Missão Real Tecnológica (“Royal Technology Mission”) chefiada pelo Rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil
- 1999 (maio): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil
- 1999 (dezembro): Visita da Ministra da Justiça Laila Freivalds ao Brasil
- 2000 (janeiro): Visita do SNDH Dr. José Gregori a Estocolmo, chefiando a delegação brasileira ao Fórum Internacional sobre o Holocausto. Encontro bilateral e almoço com a Ministra da Justiça da Suécia.
- 2000 (julho): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil e assinatura de Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa
- 2000 (agosto-setembro): Visita da Comissão de Finanças do Parlamento da Suécia ao Brasil (Brasília, Rio e São Paulo)
- 2000 (setembro): Visita do Ministro da Defesa Dr. Geraldo Quintão à Suécia
- 2001 (abril): Visita do Ministro da Defesa Björn Von Sydow ao Brasil
- 2002 (21-24 fevereiro): Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Estocolmo para participar de reunião sobre a Governança Progressista.
- 2002 (22-24 junho) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson ao Rio de Janeiro para participar das cerimônias de transferência de sede da cúpula do Meio Ambiente para Joanesburgo2002 (junho)
- Visita do Vice-Presidente Marco Maciel a Estocolmo
- 2002/2003 (28 dezembro-2 janeiro) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson à frente da delegação sueca para a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
- 2003 (outubro) Visita da Vice-Primeira-Ministra Margareta Winberg ao Brasil

As relações bilaterais são extremamente cordiais, facilitadas por laços criados desde o final do século XIX, pelo dinamismo das empresas suecas estabelecidas no Brasil, e pela circunstância de a Rainha Sílvia ser filha de brasileira e ter grande amizade pelo Brasil. Registre-se a recente frequência dos contatos do mais alto nível, com duas visitas do Primeiro Ministro Göran Persson ao Brasil, a última para as solenidades de posse do Presidente Lula da Silva, e a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Estocolmo, em fevereiro de 2002, para participar da Reunião de Cúpula sobre Governança Progressista, ocasião em que cumpriu extensa programação bilateral. Os atuais contatos entre lideranças suecas e autoridades do governo brasileiro são igualmente profundos e têm raízes, entre outras, na área de atividades partidárias e sindicais. Em sua declaração geral de governo frente ao Parlamento, em setembro de 2003, Goran Persson atribuiu, de forma inédita, importância especial ao nosso relacionamento bilateral. A imagem do Brasil junto ao povo sueco é basicamente positiva e a pequena comunidade brasileira residente na Suécia (estimada em cerca de 5 mil pessoas) está bem integrada. Nossa presença e visibilidade estão, porém, em patamar inferior ao seu potencial. As oportunidades de promoção do turismo, exportações, cooperação científica e tecnológica e divulgação cultural poderiam ser melhor aproveitadas.

A substância do relacionamento Brasil-Suécia é sobretudo de ordem econômico-comercial e o desequilíbrio da balança comercial aponta para a conveniência de traçar-se uma política de exportação dos produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. Por outro lado, as possibilidades de intensificação dos investimentos suecos no Brasil são promissoras. A agenda bilateral comporta outros temas de importância, como evidenciado nas consultas políticas de alto nível Brasil-Suécia conduzidas por representantes das duas Chancelarias (Brasília, novembro 1997). No plano político, verifica-se convergência de posições básicas sobre questões da agenda internacional – desarmamento e não-proliferação, meio ambiente, democracia, direitos humanos, combate ao crime organizado – a despeito de diferenças de prioridades, ênfase e concepção de soluções. O diálogo frequente e construtivo entre os dois países em foros multilaterais tem conduzido à participação do Brasil em iniciativas da Suécia, como a “Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear” e o Grupo dos 16. Durante o período 1997-98 em que Brasil e Suécia coincidiram como membros não-permanentes do CSONU ocorreram diversos exemplos de concertação de posições a respeito de crises internacionais sob consideração do Conselho.

A cooperação em matéria militar e de defesa tem sido um dos aspectos importantes do intercâmbio Brasil-Suécia, com troca de visitas de alto nível e a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Militar (São Paulo, em 07.07.2000) e Protocolo Adicional (cooperação aeronáutica). O Brasil compra armamentos suecos (a Marinha brasileira contratou aquisição de torpedos Bofors em 1999) e a Embraer desenvolve projeto conjunto com a Ericsson (radares para aeronaves). Oficiais brasileiros participam de programas de treinamento em operações de paz oferecidos pela Suécia. Tema de especial interesse para a Suécia na área da cooperação militar é a sua participação na concorrência para o fornecimento das aeronaves caça que deverão reequipar a Força Aérea Brasileira. A proposta sueca inclui importante pacote de “offset”, que envolve compensação na área de transferência de tecnologia e oferece grande potencial para a cooperação econômica.

A conjugação das experiências do Brasil e da Suécia em cooperação para o desenvolvimento poderia resultar em projetos triangulares geridos pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e ASDI/SIDA (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional), especialmente nos países lusófonos (Angola, Moçambique, Timor Leste).

O marco institucional para a cooperação científica e tecnológica é o Acordo Bilateral de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984) que prevê reuniões de comissão mista. Foram realizadas três reuniões e a quarta, prevista para 1994, foi cancelada. A Suécia privilegia a cooperação direta entre as instituições de pesquisa e o mecanismo das comissões mistas na prática foi substituído por iniciativas próprias de centros de pesquisa, universidades e empresas privadas de ambos países. A STINT (Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education), fundação privada subvencionada pelo governo sueco, é uma das principais financiadoras de projetos de pesquisas conjuntas entre universidades brasileiras e suecas. A ASDI/SIDA oferece anualmente cursos de treinamento (curta duração) em instituições suecas a técnicos brasileiros (sobretudo aos do setor público). A realização de seminário no Brasil, com a cooperação da STINT, seria útil para divulgar junto aos centros brasileiros de pesquisa as oportunidades de intercâmbio com a Suécia, ainda pouco conhecidas.

Em questões de direitos humanos, o diálogo bilateral ganhou impulso com a visita à Suécia do Secretário Nacional de Direitos Humanos (Dr. José Gregori) em 1997, que resultou em “Declaração Conjunta”. Embora a declaração não mencione a possibilidade de cooperação sueca para a implementação de projetos do Programa Nacional de Direitos Humanos – como era a intenção original do SNDH – a Suécia contribuiu com SEK 1 milhão (através da ASDI) para o projeto de treinamento da polícia militar em promoção dos direitos humanos. A Suécia também ofereceu cooperação, nos termos da declaração conjunta, para a troca de experiências em matéria de proteção dos direitos da criança. ONGs suecas trabalham no Brasil na promoção dos direitos da criança, dentre as quais a [World Childhood Foundation](http://www.childhoodfoundation) (www.childhoodfoundation fundada pela Rainha Sílvia).

Economia

O grande alicerce da economia sueca é sua indústria tecnologicamente avançada e altamente produtiva. Num primeiro plano, destacam-se os setores de engenharia mecânica (máquinas, veículos, equipamentos e ferramentas) e de telecomunicações. Num segundo plano, as indústrias florestal (madeira, de papel/celulose) e química. Despontou na Suécia há relativamente pouco tempo o novo setor da informática, Tecnologia da Informação (IT), de serviços relacionados a negócios via Internet, que já rendeu ao país uma posição dianteira na Europa.

O desempenho da economia sueca, embora ainda superior à média europeia, tem se deteriorado desde o segundo semestre de 2002, quando o governo social-democrata do Primeiro Ministro Goran Persson foi reconduzido pela terceira vez ao poder, em meio a

promessas de crescimento econômico e de continuidade do “welfare state” do país. A realidade entretanto não se adequou às promessas de Persson no quadro de uma crise econômica mundial que, agravada pela guerra no Iraque, atingiu os maiores exportadores do país, sobretudo do setor de equipamentos de telecomunicação, tendo obrigado a companhias como a Ericsson e a Electrolux a demitir grande número de funcionários.

Histórico

Pode-se dizer que a economia sueca moderna é resultado de um processo de desenvolvimento tecnológico iniciado no século XVIII com o domínio de conhecimento industrial voltado para a siderurgia e a mecânica. Mas somente no século XX, no período pós-guerra, conseguiu a Suécia concretizar seu potencial econômico e consolidar uma posição proeminente no mundo industrializado. A neutralidade durante a II Grande Guerra permitiu que a indústria e a força de trabalho suecas fossem poupadas. Com seu parque industrial intacto, numa Europa arrasada pela guerra, o país obteve, quase sem investimento algum, uma grande vantagem comparativa. Com uma produção voltada para a exportação, tornou-se altamente competitiva nesse cenário europeu com poucos concorrentes, o que, conjugado à grande demanda de insumos para a reconstrução da Europa, permitiu um rápido crescimento econômico, ao qual atrelou-se o desenvolvimento das grandes indústrias e o desenvolvimento de know-how e da capacidade de produção em grande escala.

Nesse estágio da industrialização do país, as empresas suecas comprovaram que a conquista de mercados no exterior era a melhor alternativa para que pudessem se expandir, ao invés de se limitarem ao relativamente pequeno mercado interno. Essa opção implicou a contínua conquista e ampliação dos mercados externos, estratégia vigente até hoje. Mas não se ampliaram somente as exportações. As empresas multinacionais de origem sueca destacam-se pela exitosa tática de investir também na instalação de unidades de produção em países geograficamente estratégicos, permitindo-se assim a distribuição direta do produto naquele mercado alvo e países adjacentes.

PIB

A indústria de transformação, que inclui os principais setores de tecnologia de ponta, engenharia mecânica e telecomunicações, contribui com 50% do PIB, enquanto a indústria florestal - madeireira para móveis, polpa e papel - é responsável por 20% da economia do país, seguida da indústria química, que teve grande expansão na última década e hoje responde por 12% da produção industrial. Por fim, estão os setores de alimentos, com 8%, e siderurgia, com 6% do PIB.

Parcela importante do PIB da Suécia é constituída de empresas multinacionais de grande porte. Como se percebe, a opção pelo modelo exportador fez muitas empresas suecas dependentes do mercado externo. Essa dependência, por sua vez, fez do empresariado sueco um partidário da globalização e um genuíno defensor do livre comércio.

Segundo dados estatísticos recém-publicados, o Produto Interno Bruto sueco cresceu 1,3% no segundo trimestre de 2003, graças principalmente ao ligeiro aumento das

praticamente nulo em 2002, seguindo-se a três anos de crescimento superior a 2% anual. Como a população economicamente ativa continuou a se expandir nesse período, cresceu também o índice de desemprego, que se elevou a 4,7% nos primeiros meses de 2003, comparado com os 4,1% do mesmo período do ano anterior. O setor industrial foi profundamente afetado pela desaceleração dos investimentos e das exportações. O nível de emprego nos setores mineiro, manufatureiro e de utilidades, considerados globalmente, declinou em média 3,8% nos primeiros meses de 2003. Nos setores financeiro e de seguros, a redução foi de 0,9%. Somente nos setores de educação e de construção houve crescimento, de 2,4% e 1,4%, respectivamente.

Moeda e câmbio

A coroa tem se valorizado em relação ao euro e, sobretudo, ao dólar, desde o final de 2001 em função, entre outros, das boas condições relativas da economia sueca (inflação baixa e crescimento superior à média dos países da zona euro). A valorização da coroa em relação ao dólar, nos primeiros meses de 2003, foi de aproximadamente 23% em relação ao mesmo período de 2002. A valorização em relação ao euro, embora mais reduzida, tem sido constante, contrariando inclusive as previsões de que haveria desvalorização da coroa após o “não” dos suecos ao euro. A vitória do “não” retratou a visão negativa da Suécia sobre a situação das principais economias européias, mostrando o lado pragmático da população, que não aceitou os argumentos sobre as vantagens da moeda única quando a economia do país mostra fundamentos sólidos e mantém taxa de crescimento superior à Alemanha e França, países tecnicamente em recessão. O resultado do referendo sobre o euro tem implicações importantes no que se refere à condução da política monetária. Estima-se que o Riksbank (Banco Central) continuará a operar a política monetária da mesma forma que faz hoje, mantendo sua previsão de inflação atual.

Inflação

Os índices de inflação sofreram redução no decorrer de 2002, como resultado do menor crescimento econômico e do fortalecimento da coroa, e se situou em 2% em média ao ano. Nos primeiros meses de 2003, a subida dos preços dos combustíveis e, particularmente, da eletricidade deram margem a temporário aceleração da inflação. Os custos relativos ao setor energético, todavia, logo recuaram, e o índice inflacionário voltou ao patamar anterior. Calcula-se que o índice médio de inflação rondará os 2,3% no período 2003/2004.

Perspectivas e Projeções

Segundo estimativas oficiais, espera-se um crescimento do PIB de 1,4% em 2003 e de 2,0% em 2004. O aumento da remuneração também será modesto, mas as baixas taxas de juros e a estabilidade econômica aumetarão o consumo doméstico. Prevê-se forte crescimento do consumo doméstico e público em 2004. Os investimentos no setor industrial continuarão a crescer, embora modestamente, como também os investimentos estatais, sobretudo no setor de infra-estrutura. Em um prazo mais longo, estima-se que o PIB crescerá a taxas maiores após 2004, sem criar pressões inflacionárias. Dados oficiais prevêm-se outrossim aumento de produtividade e do nível de emprego.

Relações Econômico-Comerciais Brasil-Suécia

Histórico

As relações comerciais entre o Brasil e a Suécia datam de 1808. O primeiro Encarregado de Negócios sueco mudou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro naquele ano, pois havia recebido instruções para estabelecer-se junto ao Príncipe Regente, posteriormente elevado à condição de rei com o título de D. João VI, quando este transferiu a Corte de Portugal para o Brasil. Ainda em 1808, inaugurou-se o primeiro escritório comercial da Suécia e, nos anos subseqüentes, foram criados consulados nas principais cidades portuárias brasileiras.

Em 1810, um grupo sueco instalou pequena mineradora no Estado de São Paulo. Apesar do estabelecimento dessa empresa, que exportava minério de ferro para a Suécia, o fluxo comercial ao longo do século XIX foi pouco expressivo entre os dois países, restringindo-se a chá, canela, gengibre e pimenta. Um século depois, em 1908, o estabelecimento de uma linha de navegação direta entre Gotemburgo e portos brasileiros

atraiu os primeiros investimentos suecos para o Brasil: Ericsson, AGA e Electrolux. Após a II Grande Guerra, a presença sueca cresceu de maneira significativa e mais de cem firmas se estabeleceram no país. Hoje, são mais de 170 empresas, desde escritórios de representação a unidades de produção industrial de grande escala, como Volvo, Ericsson, Scania, Eletrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS, Sandvik, entre outras. As empresas suecas empregam cerca de 30.000 pessoas e movimentam cerca de USD 5, 1 bilhões (dados de 2000).

Investimentos suecos no Brasil

Diz-se que “São Paulo é a segunda maior cidade industrial sueca, depois de Gotemburgo”. Essa referência reflete a grande concentração de empresas suecas em São Paulo, entre a década de 80 e inícios dos anos 90, as quais chegaram a ser responsáveis, naquela cidade, por mais de 45.000 empregos. Hoje o número de empregados reduziu-se com a terciarização de serviços e com a redistribuição de investimentos em outros estados.

Após uma queda geral no volume de fluxo de capital aplicado no Brasil no início da década de 90, as empresas suecas estabelecidas no país voltaram a investir com a consolidação do Plano Real. Em 1997, o fluxo de investimentos ressurgiu, com USD 350 milhões, aumentando para USD 1.390 milhões em 1998, USD 850 milhões em 1999 e USD 490 milhões em 2000. Segundo dados colhidos pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, sediada em São Paulo, as empresas suecas no Brasil têm intenção de efetivar investimentos no total de USD 3.1 bilhões no Brasil entre 2002 e 2005.

A título de exemplo, vale mencionar que nos últimos anos houve os seguintes investimentos suecos no Brasil: Volvo (fábrica de motores), Scania (fábrica de cabines), Tess (operadora de telefonia celular), Veracel (fábrica de papel e celulose), SKF (fábrica de rolamentos), Ericsson (fábrica de telefones celulares e construção de um centro de pesquisas e desenvolvimento) e ASSA ABLOY (fábrica de fechaduras de segurança).

Os investimentos suecos se concentram nos seguintes setores: indústria automotiva (36%), indústria metalúrgica (20%), eletro-eletrônica e telecomunicações (14%), indústria química (12%) e indústria mecânica (5%).

- Investimentos - série histórica em milhões

1997: USD 350

1998: USD 1.390

1999: USD 850

2000: USD 490

Relações comerciais

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia somou USD 782 milhões em 2002, sendo USD 270 milhões relativos a exportações brasileiras para a Suécia e USD 512 milhões de exportações suecas para o Brasil. A participação das exportações para o mercado sueco no total exportado pelo Brasil em 2002 foi de 0,30%, enquanto as exportações suecas para o Brasil representaram 1,22% do total importado pelo Brasil em 2002.

Exportações brasileiras para a Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
85-Aparelhos elétricos, stéreo, televisão	1534	51.668.000,00
09-Cafê	36626	35.302.000,00

84-Máquinas e instrumentos	7628	35.235.000,00
87-Veículos automotores e suas partes	7042	31.816.000,00
23-Ração animal - soja	74322	14.540.000,00
02-Carne - refrigerada e congelada	2763	11.023.000,00
44-Madeira	75137	9.217.000,00
72-Ferro e aço	5971	7.932.000,00
64-Calçado e partes	222	5.361.000,00
24-Tabaco	1363	4.965.000,00
Total das exportações		270 milhões

Importações brasileiras da Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
84-Máquinas e instrumentos	11560	176.785.000,00
85-Aparelhos elétricos, estéreo, televisão	2699	126.590.000,00
87-Veículos a motor e suas partes	8372	50.395.000,00
90-Equipamentos óticos, foto e equip. cirúrgicos	179	26.146.000,00
30-Produtos farmacêuticos	159	25.117.000,00
72-Ferro e aço	11173	18.575.000,00
39-Produtos de plástico e borracha	5009	11.367.000,00
73-Produtos de ferro e aço	2088	9.347.000,00
82-Ferramentas manuais e talheres	284	7.409.000,00
29-Produtos químicos	5792	6.269.000,00
TOTAL das importações		512 milhões

Balança comercial - Série histórica

Exportações brasileiras em milhões

1997 – USD 246,86
 1998 – USD 238,83
 1999 – USD 280,05
 2000 – USD 271,84
 2001 - US\$ 197,07

Importações brasileiras em milhões

1997 – USD 705,97
 1998 – USD 907,48
 1999 – USD 792,23
 2000 – USD 676,07
 2001 - US\$ 661,08

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)